

1232  
**M**ANDA-ME um leitor o boletim «Informação Semanal Cacex», de 29 de janeiro de 1968, com a lista de firmas brasileiras que desejam exportar. Entre essas firmas há uma que se propõe a exportar «hardwoods», isto é, madeira dura, madeira de lei: é a Cia. Vale do Rio Doce.

Madeira de lei, certamente do meu já tão pobre e devastado Estado do Espírito Santo. Exportar madeira sempre exportamos, desde o século XVI, e seria completamente dispensável a ajuda de uma grande companhia federal para esse fim. Temos lá homens que lidam com madeira desde meninos, pois aprenderam isso com seus pais e ensinam isso a seus filhos. Citarei aqui, pois entre eles há amigos meus de infância, os Baião, que há muito superaram aquela imagem primária do homem da serraria que zomba dos que falam em preservar florestas, pois o negócio deles é serrar madeira; os Baião que há muito aprenderam que a floresta é uma fonte preciosa de riqueza que uma exploração estúpida destrói em poucos anos e uma exploração inteligente torna perene. Eles sabem que o eucalipto pode dar dinheiro a curto prazo, mas não pode substituir a peroba do campo (ou de Campos, como é mais certo dizer). Esses grandes assassinos de árvores tomaram amor a suas vítimas, e as matam com método, para que elas não desapareçam. Não se limitam a comprar tóras: compram florestas, antes que elas sejam transformadas em carvão ou dormentes...

Quando uma equipe de cientistas chefiada pelo dr. Ruschi delimitou as áreas que iriam constituir as reservas florestais e biológicas para a perpetuação da fauna e da flora silvestre do Espírito Santo, há mais de 20 anos atrás, a destruição das florestas já marchava a um ritmo de 800 km<sup>2</sup> por ano. A «Ferro e Aço de Vitória S. A.» obtivera do governo do Estado concessão de uma área de 50.000 hectares para reduzi-la a carvão para fornos; a Acesita e a Cia. Vale do Rio Doce, com mais recursos, apressaram essas obras de destruição de maneira furiosa. Chegaria, certamente

o dia em que, até para suas mentalidades metalíferas se tornaria evidente que era preciso replantar, se quisessem ter alguma coisa para derrubar amanhã.

O que ainda não se compreendeu, entre esses ilustres engenheiros e economistas, que sabem fazer pressão sobre os políticos e administradores inexperientes ou mal informados, é que é preciso respeitar pelo menos o que foi expressamente delimitado como área mínima, mas verdadeiramente mínima, para preservar a natureza. A reserva do Barra Sêca deveria ter uma área de 40.000 hectares, e ficou tendo apenas 14.000, que, somados à Sooretama, fazem 30.000. É precisamente ali, onde está o maior número de espécies botânicas de grande porte, onde se refugiam os últimos exemplares dos grandes mamíferos, são precisamente esses 14.000 hectares, poucos, mínimos, porém sagrados, que a Cia. Vale do Rio Doce quer abocanhar para destruir!

Já o governo do Estado se dirigiu ao governo da União para sustar ou reconsiderar a doação que lhe fizera daquela reserva biológica; que volte a ser sua, para trocá-la com a Cia. Vale do Rio Doce pela sede do clube Cauê — a mais escandalosa e criminosa das transações.

Sei que estou contrariando grandes forças políticas e econômicas de meu Estado; que se danem. Muito mais me dói ver misturados nesse negócio nomes de gente de minha terra, que aprendi a admirar ou respeitar.

Recebo cartas numerosas em que os missivistas denunciam interesses pessoais que estariam envolvidos nessa transação. Não as publico porque não posso comprovar as acusações; na verdade pouco me interessam, pois mesmo que todos os responsáveis estivessem agindo com desinteresse e boa-fé, ainda assim existiria o crime principal e irreparável, que é destruir uma reserva biológica, e a mais importante de todas. Mas eu preferia, como capixaba e brasileiro, que isso se fizesse apenas por ignorância ou burrice. Seria impardoável, mas não seria infame.